

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CÂMPUS CERES
LICENCIATURA EM QUÍMICA
ERICK LUIZ DE PAULO RODRIGUES

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO IF GOIANO – CAMPUS CERES: comparação
entre cotistas e não cotistas**

CERES – GO

2025

ERICK LUIZ DE PAULO RODRIGUES

**PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO IF GOIANO – CAMPUS CERES: comparação
entre cotistas e não cotistas**

Trabalho de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Química, sobre orientação da professora, Dra. Marcela Carmen de Melo Burger.

CERES – GO

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

R696 Rodrigues, Erick Luiz de Paulo
 Permanência Estudantil no IF Goiano - Campus Ceres:
 comparação entre cotistas e não cotistas / Erick Luiz de Paulo
 Rodrigues. Ceres 2025.

 26f. il.

 Orientadora: Prof^a. Dra. Marcela Carmen de Melo Burger.
 Coorientador: Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa.
 Monografia (Licenciado) - Instituto Federal Goiano, curso de
0322155 - Licenciatura em Química - Ceres (Campus Ceres).
 I. Título.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO
IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico- científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

☐ Tese ☐ Artigo Científico ☐ Dissertação ☐ Capítulo de Livro ☐ Monografia – Especialização ☐ Livro ☒ TCC – Graduação ☐ Trabalho Apresentado em Evento
☐ Produto Técnico e Educacional-Tipo:

Nome Completo do Autor: Erick Luiz de Paulo Rodrigues **Matrícula:**
2020103221530172

Título do Trabalho: Permanência Estudantil no IF Goiano Campus Ceres:
comparação entre cotistas e não cotistas.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano:

O documento está sujeito a registro de patente? [] Sim [X] Não
O documento pode vir a ser publicado como livro? [] Sim [X] Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres, 10 de Dezembro de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Erick Luiz de Paulo Rodrigues

Ciente e de acordo:

(Assinado eletronicamente)

Marcela Carmen de Melo Burger

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcela Carmen de Melo Burger, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 11/12/2025 09:14:40.
- **Erick Luiz de Paulo Rodrigues, 2020103221530172 - Discente**, em 11/12/2025 09:21:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 773489
Código de Autenticação: d5cd92ff52



Ata nº 79/2025 - GE-CE/DE-CE/CMPCE/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao dia dezenove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a defesa de Trabalho de Curso do acadêmico: Erick Luiz de Paulo Rodrigues, do Curso de Licenciatura em Química, cuja projeto intitula-se <Permanência Estudantil no IF Goiano Campus Ceres: comparação entre cotistas e não cotistas=. A defesa iniciou-se às 13 horas e 13 minutos, finalizando-se às 14 horas e 47 minutos. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO com média 8,2 no trabalho escrito, média 9,3 no trabalho oral apresentando assim, média aritmética final de 8,7 pontos, estando Aprovado para fins de conclusão do Trabalho de Curso II.

Trabalho de Curso defendido e aprovado em 19/11/2025 pela banca examinadora constituída pelos membros:

Marcela Carmen de Melo Burger

Presidente da banca (Orientadora)

Cristiane Andretta Francisco

Eliane Vieira Rosa

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcela Carmen de Melo Burger**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 24/11/2025 13:28:42.
- **Cristiane Andretta Francisco**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 24/11/2025 13:48:34.
- **Eliane Vieira Rosa**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 24/11/2025 14:18:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/11/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 765690
Código de Autenticação: 59c52e9ece



ERICK LUIZ DE PAULO RODRIGUES

**PEMANÊNCIA ESTUDANTIL NO IF GOIANO – CAMPUS CERES: comparação
entre cotistas e não cotistas**

Trabalho de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Química, sobre orientação da professora, Dra. Marcela Carmen de Melo Burger.

Banca Examinadora

Marcela Carmen de Melo Burger

Cristiane Andretta Francisco

Eliane Vieira Rosa

Aprovado em 19/11/2025.

RESUMO

Este estudo analisa a permanência estudantil no Instituto Federal Goiano Campus Ceres, partindo do entendimento de que o ingresso no ensino público não garante, por si só, equidade nas condições de continuidade acadêmica. O objetivo foi comparar cotistas, ingressantes por ações afirmativas, e não cotistas, da ampla concorrência, identificando diferenças socioeconômicas, acesso a auxílios institucionais e fatores de risco à permanência. Trata-se de um estudo descritivo-analítico, de corte transversal, baseado em dados obtidos por meio de questionário institucional aplicado em 2022. A amostra foi composta por 215 estudantes, sendo 33 por cento cotistas e 67 por cento não cotistas, e os dados foram analisados por estatística descritiva e comparativa. Os resultados mostram que os cotistas estão concentrados nas faixas de menor renda e acessam auxílios institucionais com maior frequência, embora quase metade permaneça sem qualquer suporte. As taxas de reprovação são semelhantes entre os grupos, indicando que desigualdades de origem não se convertem automaticamente em menor desempenho acadêmico. Observou-se também que os principais fatores de risco diferem entre os grupos, com pressões econômicas mais presentes entre os não cotistas e fatores psicossociais mais frequentes entre os cotistas. Conclui-se que políticas integradas, que ampliem apoios institucionais e promovam condições equânimes de permanência, são essenciais para garantir maior justiça acadêmica.

Palavras-chave: política pública. educação pública. permanência estudantil. políticas de cotas. equidade educacional. apoio institucional.

ABSTRACT

This study analyzes student retention at the Federal Institute Goiano, Ceres Campus, based on the understanding that access to public education does not, by itself, ensure equitable conditions for academic continuity. The objective was to compare quota students admitted through affirmative action and non-quota students admitted through open competition, identifying socioeconomic differences, access to institutional support, and perceived risk factors for retention. This descriptive-analytical, cross-sectional study used data obtained from an institutional questionnaire applied in 2022. The sample consisted of 215 students, of whom 33 percent were quota students and 67 percent were non-quota students. Data were analyzed using descriptive and comparative statistics. The results show that quota students are concentrated in lower income ranges and more frequently access institutional aid, although nearly half reported receiving no support. Repetition rates were similar between the groups, indicating that socioeconomic disadvantages do not automatically translate into lower academic performance. The analysis also revealed distinct risk factors, with economic pressures more prevalent among non-quota students and psychosocial issues more frequent among quota students. The study concludes that integrated institutional policies that expand support mechanisms and promote equitable conditions for student retention are essential to ensuring greater academic justice.

Keywords: Public policy. Public education. Student retention. Affirmative action policies. Educational equity. Institutional support.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
DESENVOLVIMENTO.....	4
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira é marcada por um processo histórico de exclusão social e racial que remonta ao período escravocrata. Durante mais de três séculos, o regime de escravidão estruturou uma sociedade profundamente desigual, na qual o acesso à instrução formal era privilégio das elites brancas e economicamente abastadas. Como destaca Munanga (2003), o legado da escravidão consolidou práticas discriminatórias e hierarquias raciais que se refletiram nas oportunidades educacionais. A abolição da escravidão, em 1888, não foi acompanhada por políticas públicas reparadoras que garantissem aos ex-escravizados e seus descendentes condições dignas de cidadania, perpetuando um ciclo de marginalização social e educacional que ainda se reflete nas estatísticas contemporâneas (Fernandes, 1978; Gomes, 2017). Por longos anos, a escola pública brasileira reproduziu essas desigualdades estruturais, funcionando mais como mecanismo de exclusão do que de emancipação.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 e da expansão das políticas sociais nas décadas seguintes, especialmente com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, o país passou a institucionalizar medidas concretas de promoção da igualdade de oportunidades. De acordo com Carvalho (2016), a Constituição de 1988 consagrou o princípio da igualdade como valor fundamental, permitindo a criação de políticas afirmativas voltadas à redução das desigualdades raciais e educacionais. Nesse contexto, as ações afirmativas configuram-se como respostas históricas às desigualdades raciais e socioeconômicas, buscando assegurar o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades e institutos federais (Brasil, 2012; Gomes, 2017). Além de promover reparação social, essas políticas têm impulsionado a diversidade no ensino superior e estimulado reflexões sobre o papel da educação pública na transformação social. Como argumenta Almeida (2019), o princípio da equidade exige reconhecer as desigualdades históricas e criar mecanismos institucionais capazes de superá-las.

Entretanto, a democratização do acesso ao ensino superior não garante, por si só, a efetiva equidade educacional. O ingresso é apenas o primeiro passo de um percurso que deve ser sustentado por condições materiais, pedagógicas, psicossociais e tecnológicas que assegurem a permanência e o êxito acadêmico. Desigualdades de renda, carência de infraestrutura, ausência de apoio pedagógico e dificuldades de adaptação ao ambiente institucional podem comprometer a continuidade dos estudos, especialmente entre estudantes de grupos historicamente vulnerabilizados (Paixão, 2021; Silva & Araújo, 2020). Assim, a permanência estudantil emerge como um dos principais desafios das instituições públicas, exigindo políticas integradas que contemplem assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e suporte psicossocial. Nesse sentido, Ribeiro (2019) enfatiza que garantir a permanência é tão essencial quanto garantir o ingresso, pois a democratização do ensino superior deve assegurar não apenas o acesso, mas o sucesso acadêmico e a conclusão dos estudos.

Nessa perspectiva, o presente estudo investiga a permanência estudantil no Instituto Federal Goiano Campus Ceres (IF Goiano), comparando estudantes cotistas, ingressantes por ações afirmativas, e não cotistas, admitidos pela ampla concorrência. Parte-se da premissa de que a equidade educacional vai além do simples ato de ingressar, pois exige garantias materiais, pedagógicas, psicossociais e tecnológicas

que sustentem trajetórias acadêmicas completas. Nesse sentido, a conectividade, os equipamentos adequados e ambientes propícios de estudo são fatores decisivos para que o estudante “converta a promessa de educação em percurso real” (Silva, 2022).

No Brasil contemporâneo, políticas de permanência têm sido analisadas quanto ao seu impacto em evasão, desempenho e tempo de formação. Silva (2022) propõe uma avaliação multidimensional de tais políticas e conclui que grande parte dos programas não atinge de forma efetiva os estudantes em maior vulnerabilidade. De forma complementar, o acesso por meio de cotas não garante, por si só, a conclusão dos cursos, sendo necessário o fortalecimento dos mecanismos de apoio institucional.

Pesquisas recentes também revelam que fatores materiais e a disponibilidade de tempo para estudo se destacam entre as razões de evasão ou baixo rendimento dos cotistas. Em investigação realizada por Grisa *et al.* (2020), em uma universidade federal, a falta de tempo para estudar e a necessidade de conciliar trabalho e curso foram identificadas como determinantes centrais das dificuldades enfrentadas. Essa constatação dialoga diretamente com o papel do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que busca garantir condições de permanência ao prover auxílios financeiros, alimentação e apoio para moradia e transporte. Embora o PNAES tenha sido instituído originalmente em 2010 pela Portaria MEC nº 39, o presente estudo adota 2022 como recorte temporal porque se fundamenta nos dados disponíveis no período analisado, em conformidade com o diagnóstico institucional do IF Goiano. Além disso, no momento da coleta dos dados, referente ao ano de 2022, ainda não estavam consolidadas publicações científicas posteriores, como as de 2023 e 2024, com dados nacionais integrados sobre permanência estudantil nos Institutos Federais. Em razão disso, utilizam-se documentos oficiais e pesquisas disponíveis até 2022, alinhadas à realidade institucional e ao escopo do estudo.

No entanto, as barreiras não se restringem à dimensão econômica. Theodoro e Freitas (2025) destacam que, embora o PNAES seja uma ferramenta de proteção, sua cobertura não é universal e não alcança todos os estudantes em situação de vulnerabilidade. Além disso, em cursos de alta complexidade, dificuldades acadêmicas associadas à elevada exigência teórica e a disciplinas introdutórias também funcionam como vetores de abandono, especialmente entre aqueles com menor capital socioeconômico (Duran et al., 2023).

Diante desse panorama, torna-se essencial compreender como e onde se concentram as principais dificuldades relatadas pelos cotistas e em que medida diferem das enfrentadas pelos não cotistas. Para tanto, é preciso analisar barreiras externas, como transporte e segurança no entorno; aspectos organizacionais internos, como carga horária, metodologias e sistemas de avaliação; além da efetividade dos apoios institucionais, como bolsas, monitorias e tutoria.

O objetivo geral desta investigação é comparar perfis, percepções e vivências acadêmicas de cotistas e não cotistas no IF Goiano, identificando fatores associados às dificuldades de permanência e mecanismos que favorecem sua continuidade. Para alcançar tal meta, o estudo descreve diferenças no contexto socioeconômico e no acesso a auxílios, mapeia percepções discentes sobre fatores de risco e proteção (individuais, institucionais e externos) e examina a infraestrutura tecnológica vinculada à experiência de estudo.

A relevância científica, institucional e social reside em produzir um diagnóstico comparativo centrado na voz dos estudantes, inserido no debate brasileiro atual sobre cotas e permanência estudantil (Freitas, Silva, & Sampaio, 2022; Theodoro & Freitas, 2025). Ao integrar dimensões socioeconômicas, pedagógicas e digitais numa análise conjunta, este estudo visa gerar evidências acionáveis — úteis para a priorização de auxílios, fortalecimento da infraestrutura de aprendizagem, ampliação de apoios psicossociais e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas. Dessa forma, pretende-se subsidiar políticas públicas e, no curto prazo, estratégias de gestão. Os resultados podem contribuir para políticas sustentáveis de equidade acadêmica, reafirmando o compromisso da educação pública com justiça e inclusão.

A permanência estudantil tem sido compreendida como um processo relacional e multidimensional, no qual a continuidade e a conclusão do curso dependem da articulação entre condições institucionais, engajamento discente e contextos sociais e territoriais. Tinto (1993) destaca que a integração acadêmica e social é condição fundamental para reduzir a evasão, enquanto Astin (1984) afirma que o nível de envolvimento dos estudantes com as atividades institucionais é determinante para o sucesso acadêmico. Pesquisas recentes no Brasil confirmam essas perspectivas. Saccaro, França e Jacinto (2019) identificaram que a permanência não se resume ao acesso inicial, mas exige suporte financeiro, pedagógico e social para viabilizar a conclusão da formação.

Ao considerar o que acontece dentro das instituições, a literatura aponta que práticas pedagógicas claras, avaliações coerentes, cargas horárias compatíveis e rotinas de acolhimento contínuo fortalecem o senso de pertencimento e ampliam o engajamento discente (Astin, 1984; Tinto, 1993). Em estudo sobre estratégias institucionais, Gontijo e Rocha (2021) observaram que políticas pedagógicas consistentes e o acompanhamento acadêmico reduzem a evasão, pois possibilitam que os estudantes transformem motivação em participação efetiva. Além disso, Araújo e Sampaio (2023) evidenciaram que práticas pedagógicas dialógicas ampliam a participação discente e fortalecem a confiança acadêmica, criando condições para que o estudante se reconheça como parte ativa do processo formativo.

Contudo, a permanência não pode ser explicada apenas por arranjos internos. A literatura sobre desigualdades educacionais mostra que os estudantes chegam às instituições com repertórios, linguagens e redes de apoio muito distintas, moldadas por trajetórias sociais desiguais ao longo da vida. Pesquisas nacionais indicam que fatores como nível de escolarização familiar, acesso prévio a bens culturais, oportunidades formativas e suporte socioeconômico influenciam diretamente a forma como os estudantes se inserem no ensino superior. No contexto brasileiro, Grisa, Anjos e Neves (2020) confirmaram que muitos cotistas chegam às universidades com trajetórias escolares mais precárias e redes de apoio fragilizadas, não por déficit individual, mas por desigualdades estruturais que antecedem o ingresso. Diante desse cenário, tornam-se fundamentais estratégias institucionais que explicitem regras e expectativas acadêmicas, valorizem diferentes saberes e promovam mediações pedagógicas, tecnológicas e socioeducativas.

A abordagem das capacidades, formulada por Sen (2010), ajuda a compreender por que o acesso formal a vagas não se traduz automaticamente em sucesso acadêmico. Entre o recurso e a realização existem fatores de conversão, como transporte seguro, tempo disponível, responsabilidades familiares,

conectividade estável, equipamentos adequados e ambientes propícios de estudo. Pesquisas recentes confirmam essa visão. Silva e Sampaio (2022) mostram que a falta de tempo para estudar, associada à necessidade de trabalhar, é um dos principais obstáculos à permanência, enquanto Theodoro e Freitas (2025) demonstram que políticas como o PNAES funcionam como fatores de conversão, viabilizando a diplomação ao reduzir desigualdades de base.

No plano normativo, Fraser (2006) argumenta que a justiça educacional exige a combinação entre reconhecimento e redistribuição. As políticas de cotas, por exemplo, reconhecem desigualdades históricas e simbólicas, mas só se efetivam como políticas de equidade quando acompanhadas da redistribuição de oportunidades e recursos. Freitas e Sampaio (2022) reforçam que bolsas, auxílios, infraestrutura adequada e acompanhamento psicossocial são dimensões constitutivas da equidade educacional, e não elementos acessórios. Assim, reconhecer diferenças sem redistribuir recursos perpetua desigualdades, enquanto redistribuir sem reconhecer particularidades invisibiliza barreiras específicas.

Finalmente, o eixo pedagógico é decisivo. Em contextos de vulnerabilidade, uma pedagogia que combine rigor acadêmico com acolhimento, objetivos claros, feedback formativo e recuperação da aprendizagem pode prevenir que dificuldades pontuais se transformem em trajetórias de exclusão. Araújo e Sampaio (2023) mostram que práticas de escuta ativa e mediação pedagógica ampliam o engajamento discente em instituições públicas.

A partir desse quadro, três implicações estruturam a análise comparativa entre cotistas e não cotistas no presente estudo: (1) a permanência é resultado da qualidade da integração institucional e das oportunidades de engajamento (Astin, 1984; Tinto, 1993; Gontijo e Rocha, 2021); (2) vulnerabilidades materiais e simbólicas modulam o acesso a capitais acadêmicos e a capacidade de transformar recursos em resultados (Grisa, Anjos e Neves, 2020; Sen, 2010; Silva e Sampaio, 2022); e (3) políticas eficazes são aquelas que articulam reconhecimento e redistribuição e se concretizam em práticas pedagógicas dialógicas (Fraser, 2006; Araújo e Sampaio, 2023; Theodoro e Freitas, 2025).

Essas diretrizes fundamentam as dimensões empíricas mobilizadas no estudo, que envolvem perfil socioeconômico, apoios institucionais, organização didático-pedagógica, infraestrutura de estudo e barreiras externas, e oferecem critérios consistentes para interpretar diferenças de experiência e de risco percebido entre grupos. Sendo assim, a literatura contemporânea sustenta que as assimetrias entre cotistas e não cotistas tendem a se concentrar nas condições de permanência, e não em potenciais intrínsecos de desempenho, desde que a instituição atue de forma consistente sobre os pontos de estrangulamento identificados.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo descritivo-analítico, de corte transversal, cujo objetivo foi comparar estudantes cotistas, ingressantes por ações afirmativas, e não cotistas, oriundos da ampla concorrência, do Instituto Federal Goiano Campus Ceres. A comparação foi realizada com base em um instrumento institucional de diagnóstico acadêmico desenvolvido pelo Núcleo Pedagógico do Campus Ceres e aplicado de

forma *online*, por meio de formulário eletrônico, durante o segundo semestre de 2022. O questionário foi disponibilizado e respondido de maneira voluntária por estudantes regularmente matriculados no período letivo.

No total, 215 estudantes participaram da pesquisa, compondo a amostra analisada. Esse conjunto incluiu alunos dos quatro níveis de ensino ofertados pelo campus, organizados na ordem indicada pelo orientador: cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos de graduação, cursos de especialização e cursos de mestrado. Todos os respondentes estavam ativos no período da aplicação e preenchiam os requisitos institucionais para participação no diagnóstico.

A opção pelo corte transversal se justifica por permitir a observação simultânea de diferentes grupos em um mesmo período, o que possibilita identificar padrões de permanência, perfis socioeconômicos e condições de estudo, característica amplamente utilizada em investigações sobre perfil e permanência estudantil (Martins e Theóphilo, 2016).

A variável de exposição “cotista/não cotista” foi definida a partir da autodeclaração constante no item de ingresso por reserva de vagas. A coleta de dados, realizada pela equipe pedagógica do Campus Ceres, contemplou informações sobre o perfil socioeconômico, incluindo faixa de renda familiar, participação no orçamento doméstico e número de dependentes. Também foram coletadas informações sobre trajetória acadêmica, como tempo no curso, acolhimento inicial e reprovação autorrelatada, além do acesso a apoios institucionais, envolvendo bolsas e auxílios discriminados por modalidade. As percepções de risco ou proteção à permanência foram organizadas em três dimensões: individual, interna à instituição e externa.

O uso de questionários como instrumento de pesquisa em educação é defendido por Marconi e Lakatos (2021), pois possibilita a obtenção de dados padronizados em grande escala, com baixo custo e preservando o anonimato dos respondentes. Estudos recentes sobre políticas de assistência estudantil no Brasil também têm utilizado instrumentos autorrelatados para captar percepções discentes (Saccaro, França e Jacinto, 2019; Grisa, Anjos e Neves, 2020).

Após a coleta, realizou-se a verificação de consistência dos dados, com padronização de categorias e tratamento de não respostas. Nos itens de múltipla marcação, as alternativas foram desagregadas para permitir a contagem de cada escolha individual, preservando o caráter de multirresposta. Valores ausentes foram mantidos como faltantes e excluídos apenas do denominador correspondente. Esse procedimento segue orientações metodológicas da análise quantitativa em ciências sociais, que destacam a importância da padronização para garantir comparabilidade entre variáveis (Field, 2013).

A análise baseou-se em estatística descritiva, apresentando frequências relativas dentro de cada grupo para preservar a comparabilidade proporcional entre cotistas e não cotistas. De acordo com Bussab e Morettin (2017), a estatística descritiva é fundamental em estudos diagnósticos, pois permite identificar padrões e diferenças iniciais entre grupos sem a necessidade imediata de inferência estatística. Tal abordagem está alinhada ao caráter exploratório da pesquisa e ao objetivo de fornecer um panorama analítico das condições de permanência.

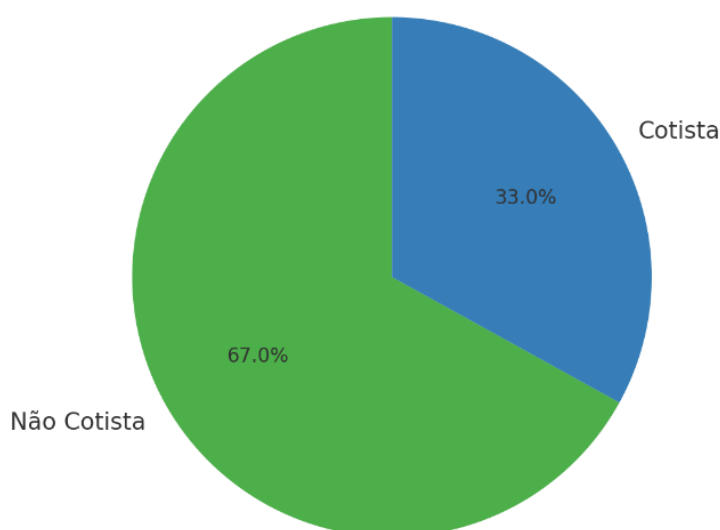
Adicionalmente, com o intuito de aprofundar a comparação entre os grupos, procedeu-se a uma análise descritiva, considerando as diferenças percentuais entre

cotistas e não cotistas para cada variável observada. Diferenças iguais ou superiores a 10 pontos percentuais foram interpretadas como contrastantes ou relevantes, conforme os critérios metodológicos adotados por estudos de perfil e equidade educacional (Marconi e Lakatos, 2021; Bussab e Morettin, 2017). Essa opção metodológica possibilitou ir além da estatística descritiva tradicional, permitindo evidenciar tendências e desigualdades expressivas entre os grupos analisados, ainda que sem o emprego de testes inferenciais formais. Dessa forma, o estudo mantém o foco exploratório, mas incorpora uma leitura analítica das diferenças proporcionais, oferecendo uma interpretação mais robusta dos resultados.

De acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, pesquisas que utilizam dados secundários institucionais, anonimizados e sem possibilidade de identificação dos participantes são dispensadas de submissão prévia ao Comitê de Ética em Pesquisa. Como o diagnóstico analisado já havia sido aplicado pelo setor pedagógico e fornecido ao pesquisador em formato totalmente anônimo, este estudo se enquadra nos critérios de dispensa previstos pelo artigo 1º da resolução, não configurando risco ético aos participantes.

A amostra analisada foi composta por 215 estudantes dos diferentes cursos do Campus Ceres do IF Goiano. Desse total, 71 alunos (33,0%) ingressaram por meio das ações afirmativas (cotistas) e 144 alunos (67,0%) pela ampla concorrência (não cotistas), conforme mostra a Figura 1. Embora o grupo de não cotistas seja majoritário, a presença de um terço de estudantes cotistas assegura uma base comparativa consistente, permitindo compreender nuances de permanência associadas à origem socioeconômica e às políticas de equidade educacional.

Figura 1: Distribuição de cotistas e não cotistas

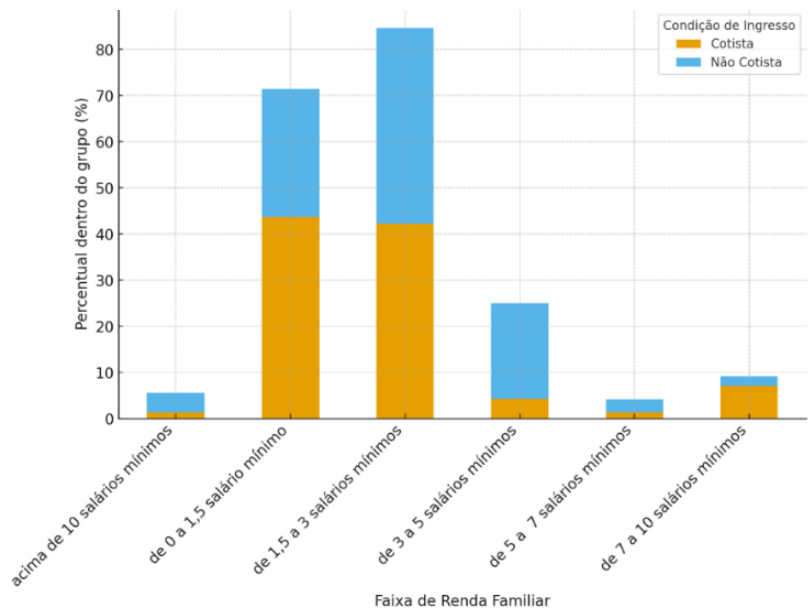


Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A análise da renda familiar (Figura 2) revela uma clivagem estrutural nítida entre os grupos. Enquanto os cotistas se concentram nas faixas mais baixas de rendimento, os não cotistas se distribuem de forma mais homogênea entre as classes

intermediárias e superiores. Essa diferença não é apenas estatística, mas socialmente significativa, pois expressa desigualdades históricas de acesso ao capital econômico e educacional, que continuam influenciando as condições de permanência no ensino superior.

Figura 2: Distribuição da renda familiar por condição de ingresso



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Tabela 1: Renda familiar (% dentro de cada grupo)

Faixa de renda	Cotistas	Não Cotistas
Até 1,5 SM	43,7%	27,8%
1,5 a 3 SM	42,3%	42,4%
3 a 5 SM	4,2%	20,8%
5 a 7 SM	1,4%	2,8%
7 a 10 SM	7,0%	2,1%
Acima de 10 SM	1,4%	4,2%

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A leitura da Tabela 1 evidencia um contraste marcante entre os dois grupos. Entre os cotistas, 86,0% pertencem a famílias com renda de até três salários-mínimos, enquanto entre os não cotistas esse percentual é de 70,2%. Essa diferença de 15,8

pontos percentuais mostra que o grupo de cotistas se concentra majoritariamente nas camadas de menor renda, ao passo que os não cotistas apresentam maior presença nas faixas intermediárias.

Nos rendimentos de três a cinco salários-mínimos, observa-se a maior discrepância: apenas 4,2% dos cotistas encontram-se nessa faixa, em contraste com 20,8% dos não cotistas. Esse intervalo funciona como um espaço de maior estabilidade socioeconômica, pouco acessível aos estudantes cotistas.

Nas faixas superiores, a presença é residual em ambos os grupos, mas aparece de forma mais visível entre os não cotistas. Enquanto 4,2% deles pertencem a famílias com renda acima de dez salários-mínimos, entre os cotistas essa proporção é de 1,4%. Essa distribuição reforça o contraste socioeconômico, no qual os cotistas estão mais concentrados nas rendas baixas e os não cotistas mais dispersos ao longo das faixas.

Essas diferenças percentuais demonstram desigualdades relevantes no perfil socioeconômico dos grupos, indicando que, embora as ações afirmativas tenham ampliado o acesso, os cotistas ainda compõem o segmento de maior vulnerabilidade. A diferença de 15,8 pontos percentuais nas rendas de até três salários-mínimos pode ser interpretada como uma barreira estrutural de oportunidade. Assim, a presença de cotistas nas faixas mais baixas de renda evidencia que o acesso foi democratizado, mas as condições objetivas de permanência permanecem desiguais, o que reforça a necessidade de políticas institucionais compensatórias.

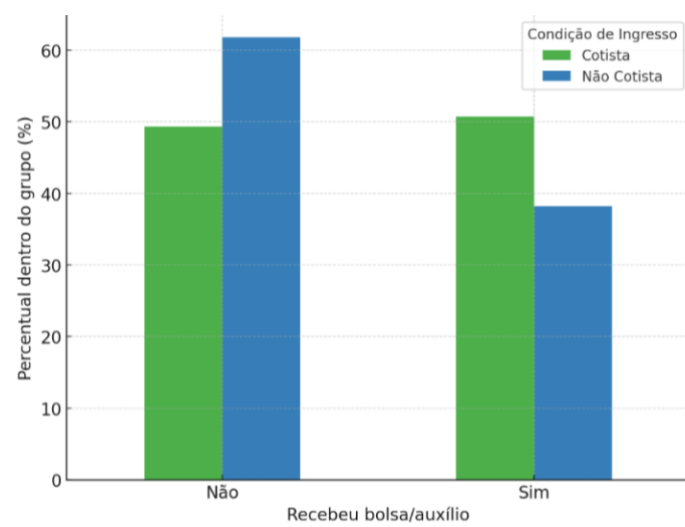
Quando analisados os apoios institucionais, os dados seguem a mesma tendência. Entre os cotistas, 50,7% afirmaram ter recebido algum tipo de bolsa ou auxílio, enquanto entre os não cotistas essa proporção foi de 38,2%. Esse resultado indica que os mecanismos de assistência estudantil têm alcançado, em maior proporção, os estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

Entretanto, é importante destacar que, conforme previsto nos editais de assistência estudantil do IF Goiano, os auxílios não são ofertados exclusivamente para cotistas. As bolsas são disponibilizadas a todos os estudantes regularmente matriculados, desde que atendam aos critérios socioeconômicos estabelecidos, independentemente da forma de ingresso. Assim, a maior presença de cotistas entre os beneficiários reflete não uma política restrita a esse grupo, mas a sua maior concentração em condições de vulnerabilidade.

O dado oposto também merece atenção: 49,3% dos cotistas relataram não ter recebido nenhum tipo de auxílio. Considerando que esse grupo se encontra majoritariamente nas faixas de menor renda, a ausência de suporte financeiro pode representar um obstáculo adicional para a permanência, especialmente diante de custos como transporte, alimentação, materiais acadêmicos e conectividade. Esse cenário reforça a necessidade de ampliar o alcance dos programas de assistência, de modo a atender de forma mais abrangente os estudantes em maior risco socioeconômico.

Assim, ainda que a cobertura de bolsas seja proporcionalmente maior entre os cotistas, ela não alcança todos os que necessitam. A lacuna observada indica que uma parcela significativa desse público permanece exposta a barreiras econômicas que podem comprometer sua permanência acadêmica em condições de igualdade com os demais estudantes.

Figura 3: Recebimento de bolsa/auxílio por condição de ingresso



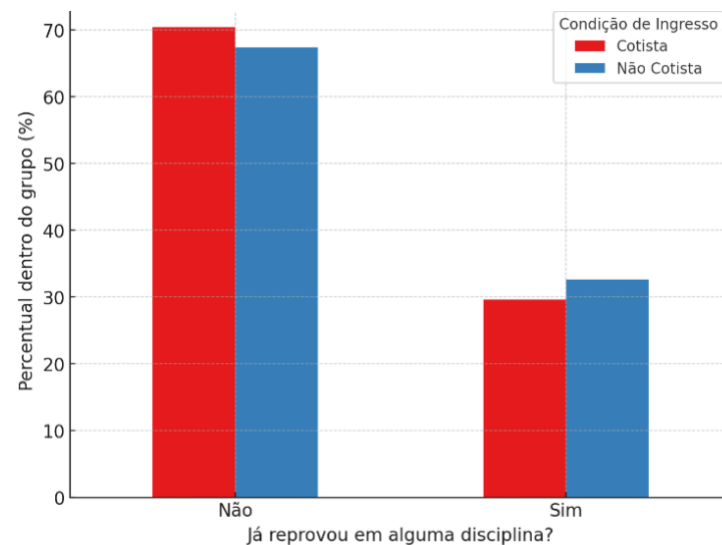
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A análise dos apoios institucionais evidencia que 50,7% dos cotistas declararam ter recebido algum tipo de bolsa ou auxílio, enquanto entre os não cotistas essa proporção foi de 38,2%. Esse resultado sugere que os programas de assistência estudantil estão de fato alcançando de maneira prioritária o público cotista, cumprindo parcialmente o papel de redistribuir recursos em favor dos estudantes mais vulneráveis.

Entretanto, o dado inverso também merece destaque: 49,3% dos cotistas afirmaram não ter recebido qualquer tipo de apoio institucional. Esse contingente é significativo, sobretudo quando se considera que os cotistas estão concentrados majoritariamente nas faixas de menor renda. A ausência de suporte financeiro entre quase metade desse grupo representa uma lacuna crítica de cobertura, pois pode comprometer a permanência em função de despesas cotidianas como transporte, alimentação, acesso à internet e aquisição de materiais acadêmicos.

Dessa forma, embora a política de bolsas e auxílios atue como fator de proteção, ela não se mostra suficiente para assegurar igualdade plena de condições de permanência. Os dados apontam para a necessidade de ampliar o alcance dos auxílios existentes e diversificar seus formatos, contemplando não apenas o repasse financeiro direto, mas também benefícios vinculados a áreas como alimentação, transporte, conectividade digital e acolhimento psicossocial.

Figura 4: Reprovação em disciplinas por condição de ingresso



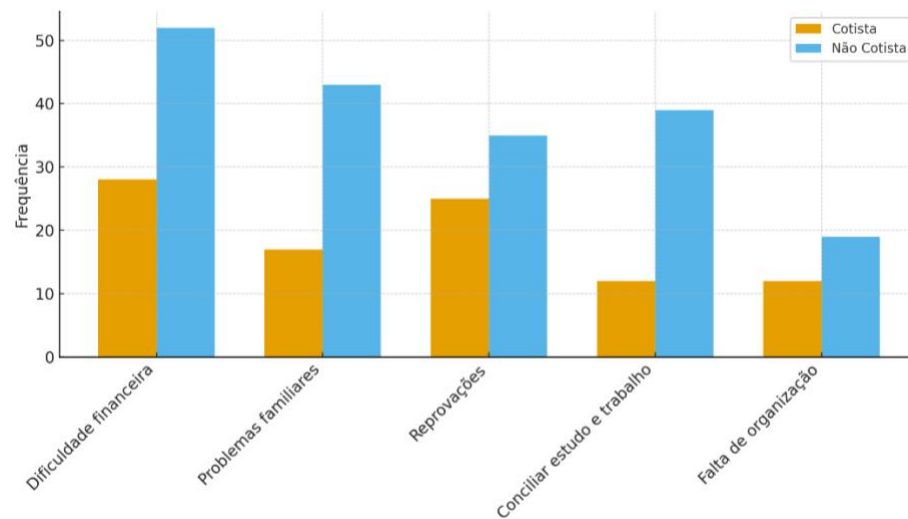
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

No que se refere ao desempenho acadêmico, os dados revelam proximidade entre cotistas e não cotistas quanto à reprovação em disciplinas. Entre os cotistas, 29,6% relataram já ter reprovado em pelo menos uma disciplina, enquanto entre os não cotistas a taxa foi de 32,6%.

A similaridade entre os percentuais indica que, embora os cotistas estejam expostos a maiores vulnerabilidades socioeconômicas, essas condições não se traduzem automaticamente em índices mais elevados de reprovação. A proximidade dos resultados sugere que, quando mecanismos de suporte institucional estão presentes, como bolsas, tutoria, monitorias e mediações pedagógicas, parte das desigualdades de origem pode ser atenuada, permitindo que os estudantes mantenham desempenho equivalente.

A análise também reforça que as diferenças mais relevantes entre os grupos tendem a se concentrar nas condições de permanência, como tempo disponível para estudo, acesso a recursos e fatores externos de apoio, e não em capacidades ou potenciais intrínsecos de desempenho. Nesse contexto, a consolidação de uma pedagogia que una rigor acadêmico e acolhimento institucional torna-se fundamental. O estabelecimento de objetivos claros, o fornecimento de *feedback* formativo e a implementação de estratégias de recuperação podem evitar que dificuldades pontuais se transformem em trajetórias de exclusão.

Figura 5: Principais fatores individuais de risco de desistência



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A diferença de apenas 3 pontos percentuais entre cotistas e não cotistas quanto às reprovações reforça a ausência de desigualdade significativa no desempenho acadêmico. Esse achado é relevante, pois contradiz narrativas que associam a reserva de vagas a uma suposta queda de rendimento. Astin (1984) ressalta que o envolvimento institucional e a percepção de pertencimento exercem papel mais determinante para o sucesso acadêmico do que a origem econômica dos estudantes. Assim, o equilíbrio nas taxas de reprovação indica que o mérito não está vinculado ao grupo de ingresso, mas às condições de suporte e engajamento promovidas pela instituição.

A análise da Figura 5 demonstra que cotistas e não cotistas enfrentam riscos distintos de desistência, reforçando a compreensão de que a permanência estudantil é um processo multifatorial, condicionado por aspectos econômicos, emocionais, sociais e pedagógicos. Em ambos os grupos, um número expressivo de estudantes assinalou a opção “Nenhum fator mencionado acima”. Esse resultado não deve ser interpretado como ausência real de dificuldades, mas como possível dificuldade em reconhecer ou declarar fatores subjetivos de vulnerabilidade, o que exige cautela na leitura.

Entre os não cotistas, a dimensão econômica aparece como fator recorrente, seja isoladamente, seja associada a outros elementos, como problemas de saúde ou reprovações. Esse comportamento se relaciona à menor cobertura de bolsas e auxílios nesse grupo, já que apenas 38,2% declararam receber algum tipo de apoio institucional. Embora os não cotistas estejam mais presentes nas faixas intermediárias de renda, muitos enfrentam pressões cotidianas associadas ao transporte, à alimentação e à necessidade de conciliar estudo e trabalho. Essas condições reduzem o tempo disponível para dedicação acadêmica plena e evidenciam que os auxílios institucionais são igualmente fundamentais para mitigar barreiras de permanência também entre esse grupo.

Entre os cotistas, a dificuldade financeira aparece de forma menos central, o que se explica pela maior cobertura de políticas de assistência, que alcançam 50,7% desses estudantes. Essa proteção material não representa privilégio, mas condição mínima para que jovens oriundos de contextos mais vulneráveis consigam se manter

na instituição. Ainda assim, emergem como fatores de risco mais frequentes aspectos de natureza psicossocial e acadêmica, como problemas emocionais, dificuldades familiares e fragilidades na organização dos estudos. Quando não identificadas e acompanhadas de forma adequada, essas situações podem desencadear reprovações e ciclos de vulnerabilidade que tornam a permanência mais desafiadora.

A proximidade entre as taxas de reprovação de cotistas (29,6%) e não cotistas (32,6%), já apresentada anteriormente, reforça que quando dispõem de condições mínimas de apoio, os cotistas atingem desempenhos equivalentes aos demais. Esse resultado evidencia que as diferenças observadas entre os grupos não se explicam por potencial, esforço ou dedicação individual, mas pelas condições desiguais de permanência, que demandam ações institucionais consistentes.

Os dados da Figura 5 também reafirmam a relevância das políticas de cotas. Sem elas, estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica dificilmente teriam acesso ao ensino técnico ou superior. No entanto, o ingresso não é suficiente. A permanência efetiva depende da integração entre políticas de apoio financeiro, acompanhamento pedagógico e ações de acolhimento que transformem o direito de acesso em trajetória acadêmica sustentável.

Nesse sentido, os resultados indicam que os não cotistas vivenciam de forma mais acentuada pressões econômicas, enquanto os cotistas, embora parcialmente protegidos por auxílios financeiros, lidam com fatores psicossociais e acadêmicos que exigem apoio contínuo. Isso demonstra que os auxílios voltados aos cotistas não configuram concessão de privilégios, mas a garantia de condições equânimes de formação e a efetivação do princípio constitucional da igualdade de oportunidades.

Assim, as diferenças observadas não se limitam a percentuais, mas refletem desigualdades estruturais que atravessam o espaço educacional. Como argumenta Almeida (2019), equidade significa tratar desigualmente os desiguais, segundo suas condições de partida. O cruzamento entre renda, apoios institucionais e desempenho mostra que a política de cotas tem efeito democratizador, mas depende de políticas robustas de permanência para produzir resultados verdadeiramente equitativos. A leitura comparativa evidencia, portanto, não apenas contrastes numéricos, mas um processo de compensação parcial das desigualdades históricas, cuja superação exige continuidade e integração das ações institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender a permanência estudantil no IF Goiano – Campus Ceres a partir da comparação entre cotistas e não cotistas, considerando aspectos socioeconômicos, institucionais e acadêmicos. Os resultados evidenciam que, embora a política de cotas tenha ampliado o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade, persistem desigualdades significativas nas condições de permanência. Conforme Tinto (1993), o ingresso constitui apenas a primeira etapa da inclusão, sendo indispensáveis mecanismos de integração institucional, acolhimento e apoio social que sustentem trajetórias acadêmicas bem-sucedidas.

A análise da renda familiar revelou que a maioria dos cotistas se concentra nas faixas de menor rendimento, enquanto os não cotistas se distribuem de forma mais ampla nas classes intermediárias e superiores. Esse gradiente socioeconômico

evidencia que as cotas corrigem parcialmente desigualdades históricas de acesso, mas não eliminam as barreiras econômicas que moldam as oportunidades de estudo. Assim, a equidade no ensino técnico e superior demanda não apenas acesso, mas políticas complementares de permanência.

No campo dos apoios institucionais, observou-se que os cotistas acessam com maior frequência bolsas e auxílios, o que confirma o caráter redistributivo dessas políticas. Entretanto, a ausência de cobertura para quase metade desse grupo revela lacunas importantes e reforça a necessidade de ampliar o alcance e a diversidade dos formatos de suporte. Conforme destacam Freitas, Silva e Sampaio (2022), promover equidade implica tratar desigualmente os desiguais, oferecendo suporte financeiro, pedagógico e psicossocial adequado às suas condições de partida.

Quanto ao desempenho acadêmico, as taxas de reprovação entre cotistas e não cotistas mostraram-se próximas, demonstrando que desigualdades socioeconômicas não se traduzem automaticamente em diferenças de rendimento. Esse achado refuta narrativas que associam cotas à redução do nível acadêmico e confirma as proposições de Astin (1984), segundo as quais o sucesso depende mais do envolvimento estudantil e do suporte institucional do que do background econômico.

A análise dos fatores individuais de risco de desistência indicou perfis distintos entre os grupos. Entre os não cotistas, predominaram pressões econômicas e desafios relacionados à conciliação entre estudo e trabalho. Entre os cotistas, ganharam destaque fatores psicossociais e familiares, além de dificuldades de organização acadêmica. Essa distinção reforça que a permanência estudantil é um fenômeno multifatorial, atravessado por dimensões materiais, emocionais e acadêmicas que exigem políticas integradas de apoio.

Em síntese, as diferenças entre cotistas e não cotistas concentram-se menos no desempenho e mais nas condições estruturais de permanência. Consolidar políticas de equidade requer ampliar apoios institucionais, fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e investir em programas de acompanhamento acadêmico e psicossocial. Ao evidenciar avanços e desafios, o estudo reafirma o compromisso do IF Goiano com a justiça social e com a construção de uma educação pública que garanta igualdade real de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural. Letramento, 2019.

ARAÚJO, L. S.; SAMPAIO, H. Práticas pedagógicas dialógicas e permanência estudantil no ensino superior público. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280037, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280037>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASTIN, A. W. Student involvement: A developmental theory for higher education. **Journal of College Student Personnel**, v. 25, n. 4, p. 297–308, 1984.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnaes>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

CARVALHO, J. J. Inclusão étnica e racial no Brasil: A questão das cotas no ensino superior. São Paulo: **Attar Editorial**, 2016.

DURAN, A. V. et al. Potential factors for retention and intent to drop-out in Brazilian computing programs. **Brazilian Symposium on Computers in Education**, v. 34, p. 1234–1245, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/sbie.2023.372276706>. Acesso em: 10 dez. 2025.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FRASER, N. Redistribuição ou reconhecimento? Dilemas da justiça no século XXI. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FREITAS, M. M.; SILVA, L. P.; SAMPAIO, H. Políticas de permanência estudantil no ensino superior: Reflexões a partir de uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e576111436409, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36409>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONTIJO, A. P.; ROCHA, F. G. Políticas pedagógicas e permanência discente: Estratégias institucionais contra a evasão. **Educação & Sociedade**, v. 42, e239286, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302021239286>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GRISA, G.; ANJOS, R. S.; NEVES, R. Ações afirmativas, políticas de permanência e trajetórias de estudantes cotistas. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 6, n. 1, p. 1–25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v6i1.8654940>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil. In: Educação e ações afirmativas. Brasília: INEP, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001369256>. Acesso em: 10 dez. 2025.

PAIXÃO, M. Relatório das desigualdades raciais no Brasil: 20 anos de políticas públicas (2001–2021). Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

RIBEIRO, M. A. Política de cotas no ensino superior: Uma inovação social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 29, n. 2, p. 1–18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n2.44582>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: Uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. **Avaliação (Campinas)**, v. 24, n. 3, p. 611–635, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300007>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SAVIANI, D. Escola e democracia: Polêmicas do nosso tempo. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, C. R. Avaliação de políticas de permanência em universidades públicas: Uma abordagem multidimensional. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 6, p. 967–991, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220210217>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SILVA, M. J.; ARAÚJO, L. S. Desafios da permanência estudantil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 281–303, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4440>. Acesso em: 10 dez. 2025.

THEODORO, R. F.; FREITAS, P. P. Políticas de permanência universitária. **Recima21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 5, p. 1–15, 2025. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/6425>. Acesso em: 10 dez. 2025.

TINTO, V. Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Impacto do Programa de Permanência Estudantil na Unifesp: Resultados e avaliação. São Paulo: UNIFESP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/498975cc-8420-4434-b37f-1dc85eec16a3>. Acesso em: 10 dez. 2025.